



O Programa Brasil-África de Cooperação em Desenvolvimento Social visa promover a assistência técnica do Ministério do Desenvolvimento Social Brasileiro a países africanos no desenvolvimento de programas e políticas sociais. É uma iniciativa financiada pelo Ministério Britânico para o Desenvolvimento Internacional (DFID) e conta com o apoio do Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo.

Boas Perspectivas para a Proteção Social em Angola

Angola se prepara para reformular suas diretrizes para a Proteção Social no país. De acordo com Nilsa Batalha, Diretora Nacional do Ministério Angolano da Assistência e Reinserção Social (MINARS), a intenção é elaborar um programa de transferência de renda, onde sejam implementados vários programas complementares, a exemplo do que acontece no Brasil com o Bolsa Família e do que aconteceu no desenho do *Livelihoods Empowerment Against Poverty (LEAP)* em Gana.

Trata-se de elaborar um diagnóstico acerca da vulnerabilidade no país, a partir dos vários levantamentos existentes, mapeando ainda as políticas em vigor, com vistas a definir novos programas. As pesquisas existentes são dispersas e o país enfrenta um problema sério de falta de dados sobre vulnerabilidade. O Unicef apoiará com recursos para a contratação de um consultor para realizar este diagnóstico inicial e as recomendações que darão seguimento ao trabalho.

O governo está gradualmente mobilizando apoio político para a Proteção Social. No final de 2008, houve eleições legislativas no país. Os novos membros do Fórum Legislativo já se interessaram em saber quais são os programas conduzidos pelo MINARS. Apesar da falta de integração dos ministérios em torno de uma política de proteção social, o MINARS, líder das políticas de assistência social em Angola, já começou o seu processo de revisão e discussão interna.

Neste processo de mobilização, acontece em junho, o encontro do Fórum da Criança, onde serão avaliados os compromissos assumidos pelo governo na área da infância. Angola possui o Conselho Nacional da Criança (CNAC), órgão responsável por assumir esta missão. A expectativa do Governo Angolano é que o Brasil possa mais uma vez contribuir neste Fórum, compartilhando sua experiência e aprendendo com a realidade africana.

Angola é um país de 17.02 milhões de pessoas onde quase 70% da população está abaixo da linha nacional de pobreza de 1.7 dólares ao dia. Os últimos anos trouxeram muitas melhorias em infra-estrutura no país e agora a atenção está se voltando para o aumento da proteção social.

Fórum Social Mundial e a Cooperação Sul-Sul da Sociedade Civil

A nona edição do Fórum Social Mundial (FSM) ocorreu em Belém do Pará, Brasil, de 27 de janeiro a 01 de fevereiro de 2009. Participaram do Fórum líderes políticos, ambientalistas, estudiosos, religiosos e representantes de organizações não governamentais vindos de diversos países.

Com o tema "Um Outro Mundo é Possível", o FSM teve como principais eixos de discussão a unidade latino-americana, os conflitos no Oriente Médio, a Amazônia e a crise econômica global. A próxima edição do fórum acontecerá em 2011 no continente africano, em um país ainda a ser definido.

O Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, participou da comitiva do Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, no FSM. O Ministro participou da mesa redonda sobre as perspectivas de renda básica na América Latina, que ocorreu na Universidade Federal



do Pará. A Secretária Nacional de Assistência Social, Ana Lúcia Gomes, foi convidada para apresentar a palestra “O alcance social do Benefício de Prestação Continuada (BPC) no Brasil e os caminhos do benefício na política de assistência social”, e o Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Crispim Moreira, também participou do fórum, na mesa redonda “Recursos Naturais, Comunidades e Mercados: sobre os caminhos tortuosos do

desenvolvimento sustentável na Amazônia” e no Seminário Internacional de Economia Solidária e Segurança Alimentar.

Depois do evento, estiveram em Brasília, entre os dias 03 e 06 de fevereiro, representantes de várias organizações africanas com a finalidade de conhecer os programas sociais brasileiros e prospectar parcerias com organizações da Sociedade Civil. Fizeram parte da delegação

22 representantes de sindicatos, associações de produtores rurais, ONGs e redes diversas da África do Sul, Angola, Cabo Verde, Costa do Marfim, Guiné Bissau, Malawi, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Quênia, Senegal e Zimbábue. Do lado da sociedade civil brasileira, o Ibase liderou a missão junto à Presidência da República. A visita revela mais um esforço do governo brasileiro em se aproximar dos países africanos.

Entrevista

Frederico Campos Guanais de Aguiar, Assessor Especial do Gabinete do Ministro, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome sobre a participação do Brasil na primeira Conferência Ministerial sobre Desenvolvimento Social, promovida pela União Africana que aconteceu em Windhoek, Namíbia, nos dias 30 e 31 de outubro de 2008.

IPC: Como o Sr. avalia a participação brasileira na Conferência Ministerial da Namíbia?

Frederico Guanais (F.G.): Eu avalio que foi uma participação excelente. Nós estivemos presentes durante todos os dias da conferência. Foram dois dias em que praticamente, somente foi discutido o conceito de desenvolvimento social - o que é desenvolvimento social, quais são as políticas que abrange, quais são as estratégias possíveis, e foi uma discussão muito produtiva. Quando os ministros de desenvolvimento social chegaram para os últimos dois dias da conferência, já havia um acúmulo por parte das equipes técnicas. Foi uma participação em destaque, o Ministro Patrus falou na cerimônia de abertura e ainda participou de uma mesa redonda à tarde, em que pôde retomar alguns pontos importantes, então houve muito destaque para a participação brasileira, podemos contribuir e podemos aprender também com as experiências africanas.

IPC: Que políticas brasileiras o Sr. acredita que poderiam ser compartilhadas com os países africanos?

F.G.: Eu acredito que um conjunto de políticas sociais. Assim, podemos começar com uma política de desenvolvimento social e combate à fome, e o Programa Bolsa Família, é claro, é

um destaque ou referência. Mas, da mesma forma como aqui no Brasil o sucesso do Bolsa Família depende da existência de uma rede de promoção e proteção social associada, também na África eu acho que tem um espaço para compartilhar essas outras políticas. Em especial queria citar o PAA, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – inclusive, alguns formatos de aquisição de alimentos já vêm sendo utilizados na África. O Programa Mundial de Alimentos vem desenvolvendo em Moçambique um programa de compra, que é um programa que ao mesmo tempo promove a geração de trabalho e renda para as famílias do campo, promove a segurança alimentar, aumentando a produção de alimentos e cria um mecanismo de acesso aos alimentos nas áreas rurais. O PAA é um programa muito exitoso aqui no Brasil e um programa que pode ser compartilhado. E assim também temos outros elementos da nossa rede de promoção e proteção social, como o PAIF, o Programa de Atenção Integral à Família, que se materializa nos CRAS, Centros de Referência em Assistência Social. São programas de apoio e acompanhamento às famílias beneficiárias dos programas de transferências de renda, propiciando o fortalecimento de vínculos comunitários, familiares, a estabilidade de lares e o acompanhamento das famílias em situação de risco social.

Há uma série de outros programas, como o programa de construção de cisternas, que também pode ter uma grande aplicabilidade na África, onde a questão do acesso à água é bastante problemática. Temos aqui também o Pro-Jovem Adolescente, que é gerenciado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome. Mas para além dessas políticas aqui, que estão sob a responsabilidade do MDS, existem outras políticas do Governo Brasileiro, como o Programa Saúde da Família, no modelo de atenção básica à saúde, prevenção e acompanhamento das famílias antes mesmo que as doenças possam vir a se manifestar, e entre outros inúmeros programas que com certeza poderiam ter muita utilidade na África.

IPC: O que o Sr. acha que o Brasil tem a aprender com a experiência africana?

F.G.: Eu penso que é muito interessante esse intercâmbio, esse espírito da cooperação sul-sul porque não é uma cooperação que vai só em uma direção. Então, como o próprio nome “sul-sul” já estabelece, diferente de “norte-sul”, que denota uma direção, sul-sul é algo que funciona em ambas as vias. Portanto, eu acho que na África e em particular a discussão dos conceitos de desenvolvimento social que eles tiveram durante esses dois dias da última conferência foi um exemplo, porque





eu acho que aqui no Brasil também nós precisamos avançar nesse sentido e discutir o que é uma política de desenvolvimento social, de que forma nós podemos integrar, de que forma nós podemos trocar com outros países também. Então, eu acho que, em particular, nós aprendemos muito participando dessa discussão com eles. Seguramente eles têm programas individuais nos países e experiências exitosas que podem ser também de grande aplicabilidade no Brasil.

IPC: No contexto de crise financeira global e aumento do preço dos alimentos, como o Senhor avalia a contribuição desta cooperação entre o Brasil e a África e dentro do próprio continente?

F.G.: Avalio que no momento de crise financeira e anteriormente a elevação do preço dos alimentos, aí sim é que se torna ainda mais importante que avancemos na consolidação das políticas de desenvolvimento social, das políticas de proteção e promoção social, porque num contexto em que existe possibilidade de efeitos perversos sobre a vida das famílias mais pobres, elas precisam ser protegidas e precisam ter mecanismos

de proteção. Portanto, eu acredito que em momentos de crise é muito importante reforçar e enfatizar a importância da manutenção da cadeia de promoção e proteção social que não se encerra aqui, pelo contrário. Nós percebemos em países mais desenvolvidos na área social, em especial os países escandinavos, dentro do modelo de bem-estar social, que estes países não desmontaram o sistema de proteção social. Muito pelo contrário, evoluíram e expandiram cada vez mais. Portanto, eu acho que o espírito da cooperação Sul-Sul pode ser inclusive para reforçar as boas idéias, as boas experiências, as boas práticas para que possam ser cada vez mais aprimoradas e reforçadas, especialmente num contexto de crise como este.

IPC: E a última pergunta: Quais as perspectivas da cooperação entre o Brasil e a África. Como o senhor vê os próximos passos?

F.G.: As perspectivas são muito promissoras. Já tivemos uma série de etapas, de atividades com os países africanos. Tivemos a cooperação com Gana em que nossos técnicos do Ministério do Desenvolvimento Social e

Combate à Fome foram a Gana e estiveram lá durante três semanas e puderam contribuir significativamente com o desenho, formulação e implementação de políticas públicas. Dando continuidade, tivemos a participação em três conferências regionais sobre Desenvolvimento Social, as conferências da União Africana. Tivemos a participação neste último evento com a presença do Ministro Patrus Ananias e vejo que os próximos passos são os países que já estiveram aqui no Brasil numa missão de estudos, assim como chamamos. Estes países estiveram aqui e conheceram os programas na ponta, conheceram a formulação dos programas aqui também em Brasília. Eu poderia citar estes países, Angola, Moçambique, Quênia, a própria Namíbia, Gana, entre os que estiveram no Brasil e que possivelmente seriam os candidatos mais promissores a atividades no curto prazo. Nós estamos nos entendimentos de determinar as atividades com estes países para poder formar uma agenda de trabalho porque já existe uma sinalização do interesse desses países. Portanto, estamos trabalhando para colocar em prática estas próximas atividades.

Programa de Cisternas é Ampliado para Apoiar Produção de Alimentos

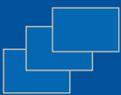
Dimas Ximenes

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

A fim de criar oportunidades para que as famílias pobres que vivem no Semi-Árido brasileiro possam ter acesso a uma alimentação adequada, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) está iniciando um novo projeto na região. É o programa Segunda Água, que vai apoiar a agricultura familiar de subsistência, a produção de alimentos para o auto-consumo, por meio da implementação de tecnologias sociais para armazenar e conservar as águas das chuvas.

Três Estados já foram selecionados por meio de edital público para receber recursos para o programa. Juntos, Bahia, Rio Grande do Norte e Piauí receberão R\$ 12 milhões para a implantação da Segunda Água. "Depois de





termos conseguido alcançar a meta de 213 mil famílias rurais pobres, no Semi-Árido, com cisternas para captação da chuva e armazenamento de água potável, estamos dando mais um passo na perspectiva de assegurar segurança alimentar e nutricional para essas famílias”, explica o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Onaur Ruano.

A Segunda Água será instalada em 2009 nos municípios onde já existe o Programa de Cisternas, ação também conhecida como primeira água, que é destinada ao preparo das refeições, consumo das famílias e higiene pessoal. As tecnologias da Segunda Água são de baixo custo e de comprovada eficiência. Entre aquela que poderão ser usadas há a

cisterna adaptada para a roça (calçadão), a barragem subterrânea e o tanque de pedra.

Semi-Árido – Com área de 982.563,3 quilômetros quadrados, a região semi-árido brasileira abrange 1.133 municípios dos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Norte de Minas Gerais, totalizando 20.858.264 milhões de pessoas, 44% destas residindo na zona rural.

Do ponto de vista físico-climático, o Semi-Árido se caracteriza por médias térmicas elevadas (acima de 26°C) e duas estações bem distintas: uma seca na qual chove muito pouco, e outra úmida, quando ocorrem precipitações irregulares que vão de um mínimo de 300 mm a um máximo de 800 mm.

Cisternas – A cisterna é uma tecnologia popular para a captação de água da chuva e representa solução de acesso a recursos hídricos para a população rural dispersa do Semi-Árido brasileiro. Construídas com placas de cimento, elas permitem armazenar 16 mil litros de água, o suficiente para o uso de uma família de cinco pessoas durante o longo período da seca que se estende por até oito meses. Desde 2003, o MDS já construiu 213 mil cisternas no Semi-Árido beneficiando mais de 1 milhão de pessoas. O Programa da Segunda Água, beneficiou cerca de 1.370 pessoas com a construção de 274 unidades. O investimento realizado pelo Ministério foi de R\$ 15,5 milhões.

Tipos de Tecnologias para a Segunda Água

Cisterna Calçadão: é semelhante à cisterna para guardar água de beber, sendo bem maior (capacidade para armazenar 52 mil litros de água). É construída com placas de cimento e fica totalmente enterrada no solo, tendo apenas a cobertura acima do terreno. A captação da água da chuva é feita através de um calçadão cimentado com aproximadamente 220m² que serve também para secar raspa de mandioca, forragem para fenação, etc.

Barragem Subterrânea: geralmente é construída em áreas de baixio, veredas e em leitos de riachos. É um barramento de lona plástica, construído dentro do chão, que segura a água da chuva que escorre por baixo da terra. À montante da barragem geralmente é perfurado um poço raso, também chamado cacimbão, que é alimentado pela água acumulada no subsolo da barragem.

Tanque de Pedra ou Caldeirão: é uma tecnologia normalmente utilizada em áreas de serra ou onde existem lajedos, que funcionam como área de captação da água da chuva. São fendas largas, barrocas ou buracos naturais, normalmente de granito que armazenam água da chuva. Para aumentar sua capacidade, são erguidas paredes de alvenaria, na parte mais baixa ou ao redor, que servem como barreira para cumular água.

Incluindo Gênero na Cooperação Sul-Sul

Melissa Andrade
Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo

Não há dúvida de que a cooperação Sul-Sul tem um grande potencial para a troca de melhores práticas de desenvolvimento, mas como este intercâmbio pode afetar o empoderamento das mulheres? As transferências sociais na África colocam ênfase especialmente nas crianças, pessoas com necessidades especiais e idosos, mas em que medida as mulheres estão sendo explicitamente consideradas?

Vale lembrar que o empoderamento das mulheres é parte do Terceiro Objetivo de

Desenvolvimento do Milênio (ODM) de eliminar disparidade de gênero na educação primária e secundária em todos os níveis de educação até 2015. Também é parte do ODM 5, de reduzir mortalidade materna em três quartos e alcançar acesso universal à saúde reprodutiva até 2015. É dispensável dizer que o empoderamento das mulheres é bom para o desenvolvimento de todos, uma vez que as mulheres passam a ter mais oportunidades de gerar renda, cuidar de suas famílias junto com seus parceiros e o mais importante, desenvolverem-se enquanto indivíduos.

O direito ao desenvolvimento é na realidade, um princípio universal, incorporado na resolução da Assembléia Geral 41/128 de 4 de dezembro de 1986. Qualquer preconceito que atrapalhe uma pessoa de florescer com base em gênero, raça ou status social indica nossa falta de capacidade de reconhecer a experiência humana para além das diferenças superficiais.

Lançar o olhar para a situação da mulher e diferentes opções de políticas no Brasil e em alguns países africanos pode ajudar na





promoção deste intercâmbio. As questões relacionadas ao status da mulher no Brasil e em países como Angola variam significativamente. Em Angola, as taxas de alfabetização de homens e mulheres são muito desiguais (82,9% e 54,2% de acordo com a OECD, 2008). No Brasil, por outro lado, as meninas são a maioria na escola, incluindo o Ensino Superior (há 17% mais meninas no Ensino Médio de acordo com Edudata, 2006 e 29% mais mulheres na Educação Superior, de acordo com Edudata, 2004). No entanto, esta diferença ainda não alcançou um nível para mudar a baixa taxa de participação da mulher no mercado de trabalho (0.46 para mulheres e 0.70 para homens, de acordo com IPEADATA, 2000) ou as diferenças de salário (as mulheres recebem 0.57 dos salários pagos aos homens, OECD, 2008). No Brasil, a violência é uma das maiores preocupações do movimento de mulheres (Pitanguy, 2007), refletindo a necessidade de adaptar os ODMs aos contextos nacionais.

O Brasil possui uma Secretaria Especial de Políticas para Mulheres sob a Presidência da República. A Secretaria foi criada em 2004 e é responsável por administrar o Segundo Plano Nacional de Políticas para Mulheres. O plano inclui políticas inter-ministeriais e inter-setoriais envolvendo 19 órgãos do Governo Federal. O trabalho da Secretaria cobre ações em áreas de inclusão econômica, educação não-discriminatória, saúde, prevenção da violência, participação política, desenvolvimento rural, o empoderamento de populações indígenas, cultura e idosos.

Atualmente, o Comitê de Monitoramento Interministerial está trabalhando para trazer a questão de gênero para os Centros de Referência em Assistência Social – CRAS e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS sob o MDS. Como o Brasil foca a política social na ‘família’ como uma unidade singular, o projeto é destacar o gênero no trabalho dos assistentes sociais (ata da 21ª reunião, Julho 2008). Neste caso, a agenda inclui políticas especificamente elaboradas para empoderar as mulheres.

Além destas atividades, o Bolsa Família, o programa central da assistência social

também assume uma abordagem pró-gênero ainda que seu maior foco seja nas crianças em idade escolar. O benefício é dado às mulheres com a premissa de que elas sabem melhor como gastar o dinheiro com as crianças. Ainda que gênero não tenha sido uma questão central na elaboração do programa, um estudo feito pela organização não-governamental AGENDE e apoiado pelo DFID em 2006 mostrou que o benefício foi importante para assegurar que as mulheres tenham uma fonte regular de renda e possam tomar decisões sobre compras familiares sem ter que consultar seus maridos. O estudo sugere que o benefício em dinheiro deveria ser acompanhado de reuniões com as beneficiárias para que essas pudessem receber treinamento e expressar suas preocupações, como aconteceu em Belo Horizonte antes da implementação do Bolsa Família. O estudo mostra que se gênero tivesse sido uma preocupação do programa desde o início, ações complementares para empoderar as mulheres poderiam ter sido incluídas no desenho do Bolsa.

De fato, há um movimento crescente na comunidade de doadores para trazer a questão do gênero para as políticas de desenvolvimento. Isso significa considerar as diferenças de gênero desde o início de cada programa e produzir informações que possam acompanhar o progresso nesse sentido. Normalmente, os programas focalizam especificamente as mulheres ou as desconsideram completamente. ‘Mainstreaming’ gênero seria considerar o fato de que não há programa que seja ‘neutro’ do ponto de vista do gênero (DFID, 2008).

No tocante às transferências de renda, um número crescente de programas tem trabalhado explicitamente com a desigualdade de gênero. Um caso de destaque é Bangladesh, uma experiência marco onde as crianças na educação secundária recebem ajuda de custo sob a condição de que freqüentem a escola e continuem solteiras. O Paquistão também implementou um programa que dá dinheiro às famílias para assegurar que suas filhas freqüentem a escola. No Egito, o novo

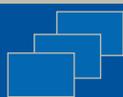
Ain El-Sira tem por objetivo específico o empoderamento das mulheres. O melhor exemplo conhecido é o México, onde as meninas recebem mais recursos que os meninos. Neste caso, a Ásia e América Latina são líderes. As transferências de renda na África normalmente deixam de considerar o impacto do programa sobre igualdade de gênero. O Programa de Gana ‘Meios de Vida contra a Pobreza’ (Livelihoods Empowerment Against Poverty) dá preferência às mulheres para receber o benefício, mas como o Bolsa Família, elas não constituem o cerne do programa.

Algumas considerações garantiriam que os programas de cooperação Sul-Sul fossem sensíveis ao empoderamento das mulheres. Quem vai se beneficiar da iniciativa? O programa reforça a desigualdade de gênero? Como podemos acompanhar o progresso feito nesta área? Isso significaria que recipientes e provedores de assistência técnica estariam numa posição mais privilegiada para avaliar o status da mulher em seus países e assegurar que os programas criem sinergias que ajudem a combater a desigualdade de gênero.

Há muito potencial para a troca de lições aprendidas na focalização de mulheres em transferências sociais e também para aprender como considerá-las em programas cuja focalização é mais ampla. Esta seria uma experiência de aprendizado tanto para o Brasil quanto para a África. Há evidências de que investir nas meninas traz retornos significativos e que mesmo quando sem intenção, qualquer política vai trazer impacto nas relações de gênero. A cooperação Sul-Sul oferece assim, uma nova área para aumentar o nosso conhecimento sobre como as mulheres podem se tornar cada vez mais construtoras de seu próprio destino.

Referência:

Pitanguy, J. (2007). *Violence Against Women in the International Context: Challenges and Responses*. Rio de Janeiro, Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (CEPIA).





Para saber mais sobre como a igualdade de gênero pode reduzir a pobreza, veja:

<http://www.undp-povertycentre.org/pub/IPCOnePager73.pdf>

No One Pager 73, Joana Costa and Elydia Silva discutem como o combate a todos os tipos de desigualdade de gênero pode reduzir os níveis de pobreza. O maior impacto vem de promover a participação da mulher no mercado de trabalho.

Evento Relacionado

- **Conferência sobre Pobreza e Proteção Social 2009**

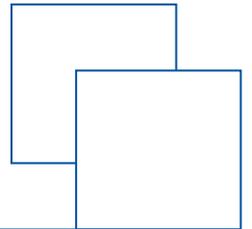
Organização: Tomorrow People.

11–13 Março 2009.

Bangkok, Tailândia.

Maiores informações:

<<http://www.tomorrowpeople.org>>



Policy International
Centre for Inclusive Growth

DFID Department for
International
Development

Ministério do Desenvolvimento
Social e Combate à Fome



Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (CIP-CI)

Grupo de Pobreza, Escritório de Políticas para o
Desenvolvimento do PNUD
Esplanada dos Ministérios, Bloco O, 7º andar
70052-900 Brasília, DF - Brazil

africa-brazil@ipc-undp.org
www.ipc-undp.org/africa-brazil